

ARTIGO

DOI-CODI ATUALISTA

o tempo como tecnologia de controle social

DANIEL BARBOSA ANDRADE DE FARIA

Universidade de Brasília
Brasília | Distrito Federal | Brasil
krmazov@hotmail.com
orcid.org/0000-0002-7925-1536

Entre as várias ferramentas de que o sistema DOI-CODI dispunha para o controle social, o tempo foi uma das mais destacadas. Nesse artigo, o tempo é entendido, assim, como um instrumento de controle social. Tempo não no sentido abstrato, cronológico, mas sim como ritmo social. No caso em questão, o ritmo imposto pelo sistema DOI-CODI era, sobretudo, definido pela lógica do atualismo, com a produção permanente de informações, a reprodução automática de toda uma maquinaria burocrática e militar que visava agir rápida e intensamente sobre seus alvos, tendo, por isso, desdobramentos operacionais nas estratégias e táticas de combate ao inimigo interno. Nesse sentido, buscamos também desvendar como os instrumentos usados pelo DOI-CODI no combate à chamada subversão, tais como e principalmente a tortura sistemática, obedeciam a essa mesma lógica temporal. No final do artigo, consideramos que mesmo com o fim dos DOI-CODI essa lógica sobreviveu ao fim da Guerra Fria.

Ditadura Militar — Atualismo — Contra-insurgência

ARTICLE

UPDATIST DOI-CODI
*time as a social control
technology*

DANIEL BARBOSA ANDRADE DE FARIA

Universidade de Brasília
Brasília | Distrito Federal | Brasil
krmazov@hotmail.com
orcid.org/0000-0002-7925-1536

Among the various tools available to the DOI-CODI system for social control, time was one of the most prominent. In this article, time is understood as an instrument of social control. Time not in the abstract, chronological sense, but as a social rhythm. In the case in question, the pace imposed by the DOI-CODI system was, above all, defined by the logic of updatism, with the permanent production of information, the automatic reproduction of an entire bureaucratic and military machinery that aimed to act quickly and intensely on its targets, having, therefore, operational ramifications in the strategies and tactics of combating the internal enemy. In this sense, we also seek to discover how the instruments used by the DOI-CODI in the fight against the so-called subversion, such as and especially systematic torture, obeyed this same temporal logic. At the end of the article, we consider that even with the end of the DOI-CODI, this logic survived the end of the Cold War.

Military Dictatorship — Updatism — Counter-insurgency

Esse texto propõe-se como uma exploração nas “formas históricas da atualização” (Araújo e Pereira 2018, 20), entendendo-se a atualização como categoria analítica que remete a um tempo em que um determinado sistema parece perpetuar-se num presente contínuo, automatizado, “quando tudo pode ser guardado e recuperado em tempo real” (Araújo e Pereira 2018, 20). O atualismo seria uma espécie de utopia inscrita na tomada da categoria de atualização como paradigma do tempo histórico. Discurso e práticas atualistas que remetem a uma necessidade de atualização permanente, constante, dos sistemas de comunicação, das ideias e mesmo dos sentimentos e afetos. Nesse sentido, aqui vamos pensar o atualismo em suas implicações políticas, em particular vinculadas a dispositivos e tecnologias militares da Guerra Fria (mas que sobreviveram sob novas formas no mundo pós-Guerra Fria). Aceita-se, ainda, o convite realizado no livro de Valdeir Araújo e Mateus Pereira (Araújo e Pereira 2018, 119), no capítulo específico sobre as formas e dinâmicas da atualização em 1970, de trilhar outros caminhos a partir dos fragmentos levantados pelos autores. Um deles, em particular, referindo-se a notícia em que o sistema DOI-CODI era apresentado como atualização das Forças Armadas para o enfrentamento da “subversão”, da guerrilha urbana e da guerra revolucionária, por um dos arquitetos daquele sistema, o General Siseno Sarmiento (Araújo e Pereira 2018, 123). Nesse caso, era a própria estrutura militar que se apresentava como algo que devia ser atualizado, o que, naquele momento histórico específico, era significativo, uma vez que a Ditadura Militar se pautava por uma militarização geral da política e da sociedade.

Acompanha o atualismo uma “crença quase mágica na reprodução da realidade” (Araújo e Pereira 2018, 55). A realidade, aqui, tende a se confundir com o atual, ou melhor, o que está em estado permanente de atualização. Nesse sentido, vai-se explorar nesse artigo a atualização não somente como marca atribuída a uma tecnologia militar de controle social, mas também como lógica operacional inerente a essa própria tecnologia. Ou seja, quando a propaganda falava do DOI-CODI como sistema atualizado, ela revelava também que esse sistema funcionava de acordo com uma temporalidade própria à categoria da atualização.

Em 1970, esses dispositivos militares em atualização permanente ancoravam-se numa lógica mais ampla, a da Guerra Fria. A Guerra Fria e seus discursos sobre o mundo bipolar, seu anticomunismo, suas teorias militares como a teoria do dominó, enfim, a imagem de um mundo dividido entre dois grandes poderes que, diante de um possível confronto nuclear catastrófico, evitavam essa hecatombe, ao mesmo tempo em se confrontavam militarmente, de maneira não convencional, ao redor do mundo. Entende-se aqui a guerra não convencional como um conjunto de táticas de ações militares situadas fora dos campos de batalha entre dois exércitos uniformizados, que perfariam o terreno da guerra convencional (McClintock 1992). Essa guerra não convencional, que recebeu ao longo dos anos diferentes denominações específicas, seria caracterizada pelo recurso a pequenos grupos operacionais, operando com certa independência frente à hierarquia tradicional das Forças Armadas, grupos estes responsáveis por ações como sabotagem, guerra psicológica, infiltração na população civil inimiga, ações localizadas dentro do território inimigo.

Assim, imagens e práticas em torno da estratégia da contenção dos poderes mundiais, da hegemonia sobre os territórios, sob a égide da geopolítica, na Guerra Fria, davam sentido a todo um acúmulo e dispersão de formas de guerra não convencionais, anti-insurrecionais ou antirrevolucionárias ao redor do mundo – e, claro, a toda a violência que isso implicava, como o uso sistemático da tortura (Martins Filho 2009). Uma das hipóteses norteadoras desse artigo, é que as tecnologias e dispositivos então produzidos se desancoraram da Guerra Fria e sobreviveram ao seu colapso. Nesse sentido, são, ainda, atuais.

É importante, ainda, reconsiderar um aspecto central das definições mais corriqueiras sobre a Guerra Fria (Grandin 2011, 17): o de que se tratou de um conflito nunca efetivo entre as duas potências mundiais, uma espécie de guerra suspensa e limitada a confrontos de ordem ideológica. Greg Grandin observa que essa definição não é válida para o chamado Terceiro Mundo, onde, ao contrário, confrontos militares efetivos ocorreram. Ainda que sob a égide da guerra não convencional. Para Grandin, a Guerra Fria foi uma guerra civil internacional. A questão é que o chamado terceiro mundo era, e talvez ainda seja pensado como palco de guerras sem leis, coloniais, assimétricas, nas quais as ideias clássicas de Clausewitz e do direito internacional não se aplicavam.

Pense-se, mais de perto, no caso brasileiro no DOI-CODI, como instrumento atualizado de guerra contra a subversão. Em 1978, Freddie Perdigão, militar que atuara no DOI-CODI do Rio de Janeiro, apresentou uma monografia à Escola do Estado-Maior do Exército (Perdigão 1978) com uma espécie de histórico descritivo daquele sistema. Perdigão começava sua monografia com um histórico do pós-1964 e a posterior reorganização da esquerda, sobretudo a eclosão da Guerrilha Urbana, para a qual, segundo o autor, o Estado brasileiro não estava preparado. Em 1969 o Governo teria produzido novas diretrizes para a segurança interna do país. Essas diretrizes previam a criação de um sistema encarregado de assegurar a segurança interna por meio de ações preventivas e de caráter permanente, com o máximo de intensidade. Essas diretrizes, ainda segundo Perdigão, implicavam a instauração de uma militarização mais definida, extensa e intensamente, abrangendo todo o território nacional, tendo em vista a emergência de um inimigo interno que se misturava à população civil. Ou seja, tratava-se de uma espécie de declaração de guerra no próprio território nacional (mas uma guerra não convencional). Complementando isso, teria se seguido a criação de estruturas unindo civis e militares numa determinada zona de defesa interna, evidentemente sob comando militar. Essa coordenação de ações militares caberia aos CODI (Centro de Operações de Defesa Interna). Os CODI ficariam responsáveis pelo planejamento de todo tipo de ação, inclusive as psicológicas, bem como pelo controle e coordenação das informações. As operações militares ficariam a cargo dos DOI (Destacamento de Operações de Informações). Nos DOI se entrelaçariam os distintos órgãos de inteligência, das Forças Armadas e das polícias. Eles teriam ainda uma certa liberdade de ação, em relação às outras instâncias do poder fora do sistema DOI-CODI, isso porque, segundo Perdigão, a subversão atuaria simultaneamente em diferentes regiões do país. A missão dos DOI seria desmantelar as organizações de esquerda e impedir sua reorganização. O sistema envolvia centralização e flexibilidade, visando economizar os meios necessários às ações militares de combate à subversão. Tinha, como imperativo máximo, a necessidade de rapidez, a velocidade marcando toda a lógica de sua estruturação. Tratava-se, ainda segundo Perdigão, de recuperar a iniciativa das

ações, numa lógica militar tradicional que diz que aquele que controla a iniciativa das ações, determina os rumos de uma batalha. O sistema deveria ainda ser constante, de atividade permanente, 24 horas por dia. Unindo a experiência e planejamento das Forças Armadas, a experiência no lidar com o marginal comum das PMs e a experiência de investigação e interrogatório da Polícia Civil e Federal. Seus agentes deveriam se misturar-se à população, usando trajes civis e cortes de cabelo não no estilo militar (o que por si só era um simbolismo de seu lugar especial, quase exterior, à hierarquia militar tradicional).

Portanto, flexibilidade, ação permanente, velocidade, tomada da iniciativa, surpreendendo e mesmo conduzindo as ações do inimigo, inimigo este que se misturava à própria população civil do país. Aqui se revela um outro aspecto do DOI-CODI como tecnologia atualizada, e já podemos dizer, atualista: a definição dos ritmos sociais como tecnologia de controle político. Ou seja, o próprio tempo e suas pulsações, tais como a necessidade de atualização permanente, das ações rápidas e diurnas, como tecnologia de militarização da sociedade. Isso, recordando que os ritmos sociais são ligados às experiências vividas pelos corpos e são condições de subjetivação e também sujeição e que, portanto, os ritmos sociais são em si mesmos instâncias políticas (Michon 2012, 301).

ATUALIZAR, ATUALIZAÇÃO NOS ARQUIVOS DA DITADURA MILITAR

Tomemos alguns dados empíricos brutos, à procura de indícios que apontem para uma possível lógica temporal própria ao sistema DOI-CODI. Dados brutos, mas que não podem ser encarados ingenuamente. Isso porque a fonte desses dados é o acervo digital do Arquivo Nacional, no que se refere aos fundos combinados da Ditadura Militar. Nem todo o acervo disponível no Arquivo Nacional está digitalizado, o que por si só confere um aspecto lacunar a esse levantamento de dados. Mais que isso, sabe-se que a maioria absoluta da documentação produzida na Ditadura Militar pelos órgãos de vigilância e repressão simplesmente não estão disponíveis, tendo sido destruídos ou permanecendo ocultos. Afora isso, restam ainda os acervos estaduais da repressão. Além disso, buscaram-se aqui referências diretas a palavras isoladas, o que está longe de esgotar as possibilidades de uma pesquisa sobre o vocabulário desse acervo no que se refere à estruturação do tempo.

Mas, mesmo com essas limitações, os dados dão alguns indícios. A busca pelo termo atualização resulta, naquele acervo, em 57328 registros; por atualizar, 4984 registros; atualizado, 8085 registros. Esses números não são exaustivos porque eles indicam a ocorrência dos termos por número de documentos, num único documento o mesmo termo pode ocorrer várias vezes. A quantidade de ocorrências sugere algo que a análise dessa documentação confirma: havia uma espécie de prática arquivística em torno do conceito de atualização. Quase sempre, essas ocorrências se referem à atualização num dos sentidos comentados pelo já citado livro de Valdeir Araújo e Mateus Pereira: o da reprodução automática e permanente da realidade. A legislação é permanentemente atualizada, mas além disso, e mais importante, informações e informes sobre pessoas monitoradas por suspeita de “subversão” ou “corrupção” são constantemente atualizados, suas fotografias, seus endereços, suas práticas. Há, inclusive, entradas específicas nos documentos sobre atualização de dados, os informes biográficos sobre pessoas monitoradas pela

rede de informações. Com fichas específicas denominadas como de atualização de dados.

Assim, por exemplo, a 05 de agosto de 1970, o CIE (Centro de Informações do Exército) fazia circular entre os órgãos de informações informes “atualizados” sobre José André Yglesias, que teria feito viagens a Cuba em 1967 e 1968, e que escrevia reportagens sobre Cuba para jornais classificados como comunistas como o “The Daily Worker”: “Seus dados característicos: cor branca, sexo masculino, tendo nascido a 29 do novembro de 1919, em Tampa, no Estado da Flórida; tem altura de 6 pés e 3 polegadas, pesa 20 libras, tem olhos castanhos e cabelos grisalhos” (Centro de Informações do Exército 1970). Ou a 30 de março de 1977, o SNI (Serviço Nacional de Informações) fazia circular uma “atualização das atividades de elementos atingidos pelos Atos Institucionais 1 e 2.” Nesse mesmo documento, dizia-se que o SNI tinha feito um levantamento de novos dados em seus arquivos sobre aquelas pessoas, ao mesmo passo em que solicitava que outros órgãos de informações enviassem eventuais novos informes sobre elas. Aqui, portanto, a atualização como um tipo de atividade rotineira, em torno de pessoas que tinham ficado “marcadas” por punições, prisões, detenções anteriores. Entre os inúmeros citados, tomemos Ângelo Arroyo como exemplo:

É membro do Comitê Central do PC do BRASIL e de sua Comissão Executiva, ocupando ainda as funções de Secretário de Agitação e Propaganda e presta assistência aos Comitês Regionais do Nordeste e Norte. Em Mar 77, segundo dados da imprensa, o marginado morreu durante o tiroteio com agentes do DOI/II Ex, ao invadirem a casa onde ele e outros promoviam reuniões clandestinas.
(Serviço Nacional de Informações 1977).

Ou, no mesmo documento, consta sobre José Porfírio de Souza que: “Em Mar 73, foi condenado pela Auditoria Militar de Brasília a 6 meses de reclusão por tentar organizar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores-PRT”. Aqui um ponto importante: a ideia da reprodução automática da realidade nesses informes e informações permanentes não pode ser confundida com a veracidade e inteireza de seu conteúdo. Omite-se, por exemplo, que José Porfírio de Souza estava desaparecido desde julho de 1973. De Ângelo Arroyo, o documento se limita a reproduzir a versão oficial de que teria havido um tiroteio – versão, esta, aqui curiosamente mediada pelas notícias que teriam saído na imprensa.

A 10 de Janeiro de 1972, o documento “Como eles agem”, analisado por Carlos Fico (Fico 2001) como uma espécie de guia orientador da leitura que os serviços de informações faziam sobre as atividades ditas subversivas em geral, era atualizado pelo CISA, Centro de Informações da Aeronáutica, em particular sobre as ações da ALN:

Nos meses de novembro e dezembro de 1971, foram levantados, graças a documentos apreendidos em “aparelhos” da ALN em São Paulo, os nomes de 28 elementos dessa Organização que, durante o ano de 1971 fizeram curso de guerrilhas em Cuba. Desses, oito já regressaram ao Brasil, estando o regresso dos restantes previsto para os próximos dias.

A maior ou menor radicalização desses elementos, ocasionou uma espécie de “racha” dentro da ALN: surgindo o grupo conhecido como “Grupo da Ilha” ou “Dissidência da AM”, formado pelos cursados em Cuba. Desse “Grupo da Ilha” fazem parte elementos especializados em explosivos e fabricação de artefatos caseiros, além de outros, destinados pelo Serviço de Inteligência Cubano (DGI) a fixarem-se em áreas rurais a fim de darem início à criação daquelas condições propícias à eclosão da guerrilha rural, pensamento e objetivo fixo de toda “esquerda revolucionária”. Se aos dados acima adicionarmos a grande quantidade de elementos banidos que, em curto prazo, pretendem retornar ao país a fim de darem continuidade à sua “ação”, apenas interrompida com o ato de banimento, verificaremos que, nos próximos meses, haverá um recrudescimento do processo subversivo e talvez o deslocamento da subversão a regiões até então relativamente calmas, como determinadas áreas do Nordeste, por exemplo, onde, segundo documentos da ALN “a repressão é mais branda” (Centro de Informações da Aeronáutica 1972).

A atualização, nesse caso, também tinha o intuito de construir um cenário futuro, de prever ações necessárias. Aqui, a referência parece ser aos membros do MOLIPO, quase todos assassinados quando de seu retorno de Cuba ao Brasil.

Atualizar é ainda termo presente, num sentido mais operacional, em referências ao planejamento militar, à lógica das operações militares, das armas, da logística, fazendo parte importante da chamada defesa interna. Certas tecnologias militares são, também, consideradas estratégicas por possibilitarem uma atualização permanente de dados, necessários ao controle dos territórios. Como, por exemplo, em documento do Estado-Maior das Forças Armadas, datado de 27 de novembro de 1970, fala-se de uma visita de técnicos da OEA (Organização dos Estados Americanos) especializados no uso de um sistema de satélites terrestres, os quais assegurariam informações “permanentes e atualizadas” (Estado-Maior das Forças Armadas 1970). Esses aspectos mais operacionais, remetem a um sentido semelhante ao citado por Mateus Pereira e Valdeci Araújo sobre o próprio DOI-CODI como atualização da estratégia militar brasileira face à “subversão”, à “guerra revolucionária” e às ações de guerrilha.

A atualização é ainda tomada como parte essencial do planejamento militar. Como em documento de 1967, um relatório sintético do Estado-Maior das Forças Armadas sobre as atividades necessárias para o controle da Amazônia. Entre inúmeras ocorrências dos termos correlatos à atualização, há referências à necessidade de atualização permanente de dados para um efetivo planejamento militar:

Atualização de dados para Estudo visando a Elaboração do Plano Militar da Amazônia Ocidental, observando particularmente: as possíveis modificações internacionais, num futuro próximo, em regiões de fronteira na área amazônica; a necessidade de focalizar a articulação adequada e maior integração dos elementos das três Forças Armadas; a conveniência de ser intensificada a assistência que o Exército, a Aeronáutica e a Marinha vêm prestando às populações dessa área. (Estado-Maior das Forças Armadas 1967).

Note-se que, além dos limites já citados quanto a uma busca extensiva pelos usos dos termos associados à atualização nos órgãos de repressão e informação da Ditadura Militar, buscas por outros termos podem complementar esse quadro. Citem-se, como exemplos, “monitorar” e “acompanhar”. Termos que não remetem diretamente aos tempos da atualização, mas que designam operações necessárias para a produção permanente de informações. Acompanhar, naqueles documentos, é usado constantemente no mesmo sentido de monitorar. Assim, não bastassem os casos citados que envolveram grande violência, é preciso observar que se todos esses usos da atualização parecem apenas remeter a uma prática corriqueira dos arquivos, é preciso lembrar que se trata aqui de tecnologias de controle social, num contexto de militarização, de uma espécie de guerra interna contrarrevolucionária. Havia toda uma maquinaria montada pra produzir essas atualizações: agentes infiltrados, informantes, práticas de espionagem; muitos dos informes eram obtidos com prisões arbitrárias, torturas; as práticas repressivas se baseavam em definições sobre quem seriam os “suspeitos” e quais atividades seriam assinaladas como ameaçadoras à segurança interna: o foco sobre estudantes, clero progressista etc. Em torno dessas atualizações também se decidiam destinos, como por exemplo sobre o desaparecimento forçado ou a prisão.

É importante ainda considerar que essa semântica em torno dos termos da atualização não se dava, exclusivamente, no ambiente militar e de informações. Do levantamento acerca das formas e procedimentos da atualização em 1970 por Mateus Pereira e Valdeci Araújo, podemos perceber toda uma semântica social atualista. Os autores observam, entre 1960 e 1970, a aceleração no uso da palavra “atualização”. No capítulo sobre o ano de 1970, montam um mosaico dos usos daquele termo em matérias de jornal. Já nos referimos à fala do general Siseno Sarmiento, que apresentava a inauguração dos CODI como atualização dos métodos de trabalho dos órgãos de repressão e informação (Araújo e Pereira 2018, 123). Em 1970, ainda segundo os autores, atualizar era ainda tornar presente, presentificar, produzir o real. Além disso, um imperativo ético e político de alcançar ou mesmo se adiantar ao (seu) tempo. A procura do zero de inatualidade. Atualizar era efetivar algo dormente, corresponder ao atual, nos mais variados aspectos da vida. O real, entendido como o mais recente, sendo então considerado como razão suficiente em si mesma, correspondendo não apenas ao melhor mundo possível, mas também ao único.

Destaque-se ainda uma relação entre “atualizar” e a exigência de exhibir-se, a total transparência (Araújo e Pereira 2018, 153). Com suas complicadas implicações: na luta contra a censura, uma fantasia perigosa – e podemos somar, na lógica da luta clandestina contra a Ditadura Militar. Na escala da repressão, “atualização” corresponderia, justamente, ao que a violência instituída desejava: velocidade, transparência como instrumentos de controle social. Onde a promessa de transparência total carregar consigo também uma ameaça.

DA ATUALIZAÇÃO AO ATUALISMO, DOI-CODI ATUALISTA

Agora, vamos dar um passo além das buscas pelos usos diretos dos termos associados à atualização e pensar o atualismo como uma lógica temporal. Entendendo o atualismo como:

Chamamos de atualismo essa historicidade hegemônica, em que o real se confunde com a atualidade experimentada como um presente vazio e autocentrado. A experiência atualista está incorporada na vida cotidiana, na estratégia das grandes empresas, inseridas no interior das lógicas do capitalismo de vigilância, que consiste, dentre outros aspectos, em oferecer produtos e serviços em constante atualização.

(Araújo e Pereira 2021, 3)

Aqui é importante considerar o estatuto das informações estratégicas num contexto militar. Lembrando que não é por acaso que a sigla DOI-CODI remete ao par operações/ produção de informações (a prática da tortura sistemática é o emblema da correlação desse par, na tortura a operação de guerra se converte, ela mesma, em fonte de informação). As informações eram pensadas como parte e mesmo como armas da guerra que se travava no Brasil contra a “subversão”. A referência fundamental nesse campo é Washington Platt (Platt 1967), uma das fontes basilares de Golbery na implementação do SNI. Na edição da *Agir* aqui utilizada (o livro seria depois publicado novamente pela Biblioteca do Exército, em 1974), Platt era apresentado como general da reserva dos Estados Unidos, com 33 anos de prática nos serviços de informações. Essa edição foi traduzida do inglês pelo Capitão Heitor Aquino Ferreira, secretário de Golbery e de Geisel, e pelo Major Álvaro Galvão Pereira. Seguindo a obra de Platt, a produção de informações estratégicas era uma atividade complexa, exigindo uma atuação permanente, detalhista rumo ao infinitesimal, a que nada deveria escapar, uma vez que, a partir dessa operação incessante e minuciosa, os significados reveladores da situação do inimigo poderiam emergir. Como dizia o autor, de maneira lapidar, “a soma de muitos nadas resulta em alguma coisa” (Platt 1967, 73) – e, mais ainda, com a eclosão das guerras mundiais no século XX, conceituadas como guerras totais, teria surgido a necessidade da “informação total” (Platt 1967, 32). Isso implicava que os agentes envolvidos na produção de informações não saberiam, de antemão, quais dados viriam a ser úteis, devendo, assim, estar atentos aos registros mais banais. A soma desses registros poderia resultar em alguma coisa, no caso, o próprio significado do acúmulo de informações. Assim, repõe-se aqui a tensão em torno da atualização como ideal de transparência da realidade, uma vez que somente os sujeitos situados no topo da hierarquia teriam condições de deduzir algo coerente da intensa produção de informes e informações dos órgãos envolvidos – e, por sinal, quem já lidou com esses acervos observa facilmente que muitos “nadas” eram registrados, aparentemente de maneira obsessiva e sem sentido (por exemplo, a marca de cigarro que um “subversivo” fumava, a vida sexual de uma “subversiva”), o que leva muitas vezes a uma visão um tanto folclorizante do funcionamento da “comunidade de informações”; a questão que aqui se levanta é que isso não era uma “falha” do sistema, e sim sua lógica constitutiva.

Em Platt, o tempo é fator primordial na produção de informações. Em primeiro lugar, por sua função preventiva. Não apenas no sentido de garantir a vitória numa guerra específica, mas no mais amplo de “evitar guerras” futuras (Platt 1967, 19); o problema central das informações seria “estimar o que outros seres humanos fazem e farão” (Platt 1967, 21), sendo assim úteis não apenas nas guerras mas também nos negócios. Em segundo, porque um critério central para a utilidade das informações estratégicas é a sua oportunidade. São informações voltadas para elaboração de planos de ação e a eles devem ser subordinadas. Um determinado projeto tenderia a tomar uma vida inteira, se um agente quisesse registrar tudo que lhe dissesse respeito (Platt 1967, 35). A necessidade de ação, nesse caso, impunha limites. Limites mais importantes mesmo do que a elucidação da verdade: o tempo era, para Platt, fator mais importante do que a verdade, na produção de informações. A produção de informações não seguia a mesma temporalidade que a erudição (Platt 1967, 45), o limite do tempo submetido à ação impunha pressa, falta de profundidade, mas estas eram virtudes não essenciais num cenário de guerra. Além disso, uma informação perderia valor rapidamente:

A maior parte das informações perde valor rapidamente. Por exemplo, a informação tática, de combate, perde metade de seu valor em 6 dias. Por outro lado, informações sobre aspectos do terreno, estradas, pontes etc. perdem metade do valor em mais ou menos 6 anos. Informações sobre recursos científicos básicos – potencial humano, educação e apoio nacional à ciência – perdem valor ou depreciam a uma taxa de 20% ao ano. Muitos documentos sofrem tamanho retardo na redação, revisão, esperas e aprovação, reprodução e difusão que já estão desatualizados quando chegam ao destinatário.
(Platt 1967, 50).

As informações, também, teriam um papel de construção de cenários futuros, o que o autor chama de “penetrar no Nevoeiro do Futuro” (Platt 1967, 67); o futuro imediato, no caso dos combates, e o futuro mais amplo nas questões estratégicas. Quando, nas informações, fazia-se referência ao presente, na verdade tratava-se do futuro imediato (Platt 1967, 247): o presente, entendido como “passado acumulado” influiria no futuro, tanto quanto às ações do inimigo quanto ao planejamento das próprias ações.

Um oficial de informações fez o interessante comentário que se segue: é então o nevoeiro do presente que me preocupa, mais do que o nevoeiro do futuro, pois o primeiro problema é entender o que está se passando agora... O oficial de informações tem a seu cargo uma tarefa que historiador nenhum (quer dizer, acadêmico) toleraria, ou seja, escrever a história à medida em que acontece, naquele todo do presente em que o passado e o futuro se misturam, no devido barulho e confusão. Pode-se ter uma espécie de sentimento da espécie de coisa que acontecerá, mas não da forma particular que vai tomar.
(Platt 1967, 264).

Nesse campo, as informações estratégicas se dariam em três níveis básicos, acerca do inimigo: “que estão fazendo?”; “que podem fazer?”; “que farão?”. O terceiro nível seria, em parte, um “exercício de leitura de pensamentos” (Platt 1967, 87). Esse último aspecto aqui comentado também teve suas repercussões violentas na Ditadura Militar, uma vez que essas estimativas quanto às ações futuras implicavam a decisão sobre, entre os inimigos, quem poderia ser “apenas” preso e quem deveria morrer. Segundo

Platt, as operações mentais em torno da produção de informações seguiam estágios bem definidos: a acumulação de dados, a incubação desses dados via meditação que começa a colocá-los num quadro lógico; a inspiração, ou a formulação de hipóteses, “num clarão repentino”; a verificação, quando a solução apontada era confirmada ou não (Platt 1967, 130). Lembrando, tudo isso submetido às exigências da velocidade e da reprodução incessante de dados – e, novamente, aqui não se tratava de uma mera organização burocrática, destinos eram decididos. Um dos eixos para a previsão acerca das atitudes do inimigo era a consideração de seu “caráter”, uma espécie de estimativa sobre o futuro. Sendo assim, aquilo que o inimigo viria a fazer seria apenas uma reprodução automática daquilo que se supunha que ele já fazia e a produção incessante de novas informações, na verdade, não produzia nada de novo.

Na Primeira Guerra Mundial, a Terra de Ninguém, área entre nossas próprias trincheiras e as do inimigo, não era lá muito popular, mas constituía ótimo campo onde patrulhar, à noite. Embora ocorressem baixas, o lado que quisesse patrulhar agressivamente a Terra de Ninguém levava substanciais vantagens táticas e de informações. O lado que hesitasse em entrar na difícil área ficava decididamente em desvantagem. Passa-se o mesmo com a grande área da incerteza, na produção de informações. É um campo de atuação perigoso, mas compensador, para o oficial de informações.
(Platt 1967, 231-232).

Uma decisão tinha que ser tomada, um general, “esperando que suas informações se completem, esperará para sempre” (Platt 1967, 232).

As informações estratégicas, portanto, submetiam-se ao tempo das ações militares. Daí a importância de pensá-las num contexto operacional. No caso da criação do sistema DOI-CODI, esse contexto remetia a estratégias mais amplas, as da chamada “guerra revolucionária” e de todas as práticas das formas não-convencionais, irregulares, associadas à defesa contra tal tipo de guerra. Nesse campo, uma referência fundamental foi a doutrina francesa, tanto no Brasil (Martins Filho 2008), quanto no Chile e na Argentina (Tapia 2018). Essa doutrina sendo um conjunto de princípios militares extraídos, sobretudo, das guerras na Indochina e na Argélia – combinado com a leitura de escritos de Mao Tsé-Tung. Nessa doutrina, a guerra revolucionária teria como principal característica o fato de nela não se enfrentarem dois exércitos uniformizados tendo em vista o controle de um território, como na guerra clássica, e sim um conjunto de militantes armados misturados a uma população civil, desta, mal se distinguindo. Isso exigiria uma estratégia própria, baseada na velocidade, na flexibilidade e na combinação entre centralização do comando e descentralização das operações (mas também a prática sistemática da tortura e das execuções sumárias).

Embora possamos pensar esse corpo doutrinário como originado numa experiência nacional, no caso a francesa, é mais correto ver neles um conjunto mais amplo de saberes militares transnacionais, que se espalharam pelo mundo durante a Guerra Fria. Assim, essa mesma doutrina francesa foi fundamental para a ditadura argentina (Wreschler 1990, 125). Seus três principais formuladores, Gabriel Bonnet e sua perspectiva de maior alcance sobre as guerras insurrecionais e revolucionárias ao longo da história, Roger Trinquier e sua discussão mais conceitual sobre uma nova forma de guerra e David Galula e seus escritos voltados para a codificação de uma estratégia e seus desdobramentos táticos, foram referências importantes para o pensamento

militar estadunidense (Mcclintock 1992, 224). David Galula, que serviu na Argélia como tenente-coronel, trabalhou ainda para um dos centros mais importantes na formulação do pensamento militar na Guerra Fria, a RAND Corporation. Seus escritos sobreviveram ao fim da Guerra Fria e foram referência fundamental nas ações militares estadunidenses no Iraque e no Afeganistão – sob os conceitos de guerra assimétrica ou guerra de baixa intensidade (Duarte-Plon 2016, 101).

No Brasil, a presença dessa doutrina se faz notar em inúmeros manuais militares do período. Mas também, Galula é citado em situações mais específicas, como o caso de um relatório sobre a invasão policial-militar da Universidade Brasília em agosto de 1968 (em que essa operação era justificada como um tipo de ação de combate à guerrilha urbana) (Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade 2015, 123). Ou em documento do SNI de 1983, em que se alertava para a tese de que a subversão no Brasil ainda não havia sido derrotada, e poderia retornar a qualquer momento (Serviço Nacional da Informações 1983). Nesse relatório do SNI era destacada uma citação de Galula, segundo a qual os subversivos não revelavam claramente suas intenções, mantendo-se como uma ameaça imprecisa e potencial; quando esta ameaça se tornava realidade, era de modo súbito, surpreendente, imprevisível.

A edição do livro de Galula utilizado nessa pesquisa, *Teoria e prática da contra-rebelião*, é de 1966 e traz em suas primeiras páginas a seguinte informação: “Edição preparada especialmente para o Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica” (Galula 1966) – e foi traduzida do inglês e não do francês, um indício de como essas ideias circulavam pelo mundo. Galula, no livro, retoma a ideia de um tipo de guerra a ser travada contra militantes que se misturam a uma população civil e que não têm, num primeiro momento, um território a defender. Daí a necessidade das ações não-convencionais e mesmo de uma legislação de exceção própria. De certa forma, para combater esse tipo de militante, em Galula as Forças Armadas precisam mimetizar esse modo de ação: usando unidades menores, numa hierarquia mais flexível e responsáveis por ações mais rápidas e intensas. O tempo é aqui fundamental, porque se trata, antes de tudo, de tomar a iniciativa aos militantes, antecipando-se às suas ações. Além disso, o êxito das forças da ordem deveria ser rápido e convincente, porque o princípio estratégico básico da contra-rebelião era isolar os combatentes da população civil. Por isso, a guerra revolucionária seria essencialmente política, a política seria um “instrumento ativo de operação”, mais do que a célebre continuação da política por outros meios (Galula 1966, 24). Os princípios que orientariam a contra-rebelião seriam: a economia de forças, vital numa guerra em que o rebelde “precisa de tão pouco para fazer tanto” (Galula 1966, 92); a irreversibilidade, ponto em que a população civil adere à contra-rebelião; a iniciativa, isso no sentido de se antecipar e mesmo forçar as ações dos rebeldes numa determinada direção. A “contra-rebelião, em níveis de base, é uma guerra em escala muito pequena, com oportunidades pequenas e fugitivas que devem ser aproveitadas instantaneamente” (Galula 1966, 101).

Em 1968, o Estado-Maior do Exército publicou um manual de campanha sobre a Guerra Revolucionária, ali esta guerra era considerada em suas diferentes etapas e instrumentos e se propunha uma estratégia de combate a ela (Estado-Maior do Exército 1968). Em linhas gerais, o manual é consonante com a proposta de Galula, mas traz alguns adendos que são importantes aqui. O conceito geral é o mesmo, qual seja, o de que na guerra revolucionária não se confrontam duas forças armadas, e sim se combate uma força militar e política

que se mistura à população civil. Além disso, a tese de que o objetivo desse tipo de guerra não é tanto o controle sobre um território, sobretudo em seus momentos iniciais, quanto a conquista do apoio da população. Daí a proeminência da política e a natureza dos instrumentos utilizados na guerra revolucionária: ações psicológicas, terrorismo, motins urbanos, guerrilha rural e urbana – mas também, e isto tem implicações importantes para a historiografia da Ditadura Militar em geral, ações eleitorais, disputas parlamentares (havendo mesmo, como no caso do Tcheco-Eslováquia, a possibilidade de uma guerra revolucionária sem o recurso da luta armada). Em linhas gerais, tudo isso conflui para a tese de que, frente à guerra revolucionária, as estratégias e táticas da guerra convencional são ineficazes. Em linhas gerais, as forças armadas deveriam mimetizar o inimigo, adotando uma descentralização das operações, misturando-se à população, recorrendo a ações psicológicas. A contracapa do manual traz um dístico que dá uma dimensão de uma guerra sem território definido, sem zonas delimitadas: “A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa, e a última frente se situa no espírito de cada cidadão.”

A estratégia da guerra regular prescreve a conquista do território inimigo e a destruição de suas forças. No caso presente, há uma dificuldade: o inimigo não possui território e recusa-se a lutar por ele. Está em toda parte e em parte nenhuma. A destruição das forças revolucionárias – a guerrilha – exige que elas sejam localizadas e imediatamente cercadas. Entretanto são demasiadamente pequenas ou fluidas para serem localizadas pelos meios diretos de observação; são também demasiado móveis para serem cercadas e aniquiladas com facilidade.
(Estado-Maior do Exército 1968, 122)

Havia também um quadro geopolítico no qual se inscrevia a dita guerra revolucionária: a possibilidade de uma guerra nuclear impedindo um confronto direto entre as duas grandes potências mundiais, levando à eclosão de guerras não convencionais, situadas sobretudo no chamado Terceiro Mundo, em suas lutas anticoloniais:

Todavia, perdura a ameaça latente de uma Guerra Mundial. O comunismo, ante o ‘equilíbrio do terror’, desenvolve uma ação sub-reptícia, visando à atualização, aperfeiçoamento e sistematização de uma forma de Guerra – a Guerra Revolucionária, - particularmente adequada à conquista dos países subdesenvolvidos ou povos que anseiam por sua emancipação política.
(Estado-Maior do Exército 1968, 2)

Esse manual, apenas um exemplo entre tantos outros que repetiam as mesmas ideias e temas produzidos naqueles anos, e que demonstram que a criação do sistema DOI-CODI foi precedida por toda uma elaboração teórica, continha uma narrativa. Por sinal, Galula também expunha sua doutrina militar sob uma forma narrativa. Uma narrativa sobre um futuro antecipado, em que os diferentes momentos da guerra revolucionária se seguiam de modo mais ou menos automático. Como se a guerra revolucionária seguisse um roteiro previsível (isso, nas suas linhas gerais, porque nos aspectos táticos reinaria a imprevisibilidade). Frente a isso, as Forças Armadas teriam que se preparar para se antecipar aos passos do inimigo, tomando o controle da iniciativa e das ações. Por isso a necessidade de combinar um comando centralizado com as ações descentralizadas de pequenas unidades, pequenos corpos operacionais:

Uma vez que somente o rebelde pode dar início ao conflito (o que não significa ser ele, necessariamente, o primeiro a empregar a força), a iniciativa estratégica é sua por definição. Está livre para aguardar seu momento, esperar com segurança por uma situação favorável, a menos que fatores externos o obriguem a acelerar os seus lances. Até que haja revelado claramente suas intenções, empenhando-se em subversão ou franca violência, nada representa senão uma ameaça imprevista e potencial, não oferecendo um alvo concreto que justifique um esforço de grandes proporções. Pode alcançar um elevado grau de desenvolvimento por meios legais e pacíficos, no regime democrático, que o máximo que pode fazer é eliminar ou abrandar as condições propícias à Guerra Revolucionária.

(Estado-Maior do Exército 1968, 8)

Nisso tudo, o tempo era um fator fundamental. No sentido mais amplo sobre a necessidade de prever e se antecipar aos passos do inimigo. Mas também em aspectos mais concretos como os sobre a necessidade da ação surpreendente, que tirasse do inimigo a capacidade de iniciativa, colocando-o numa posição defensiva e assim forçando o seu isolamento da população. Como vimos anteriormente, o DOI-CODI foi criado tendo-se em vista, sobretudo, a eclosão da guerrilha urbana. Este é um aspecto comentado no manual que não encontramos no livro de Galula. Isso, apesar de uma nota comentada na abertura do manual sobre a necessidade de sua atualização, com novos dados e informações – sendo exatamente a Guerrilha Urbana uma dessas “novidades” que exigia atualização do manual. A isso também correspondia a importância estratégica das informações, uma vez que eram elas que permitiriam ao governo se antecipar às ações dos rebeldes, tomando-lhes a iniciativa (Estado-Maior do Exército 1968, 125). Informação que deveria ser: autêntica, oportuna, completa, permanente, “porque a subversão existe em estado latente e pode eclodir a qualquer momento.”

No manual, as guerrilhas e guerrilhas urbanas são comentadas com maiores detalhes num capítulo sobre os “processos empregados na Guerra Revolucionária”. Processos, estes: operações psicológicas, processos políticos, distúrbios civis e greves, terrorismo e sabotagem, guerrilha, guerrilha urbana, guerra regular (Estado-Maior do Exército 1968, 45). Do ponto de vista tático,

as diretrizes preconizadas para a guerra de guerrilhas exploram a surpresa, a mobilidade e a dispersão de forças. Segundo Mao Tsé-Tung, diante do inimigo é conveniente ao guerrilheiro que retraia quando o inimigo avança, inquiete-o enquanto descansa, ataque-o quando for fraco, persiga-o quando se retrai. A guerrilha procura criar para as forças da repressão o mais elevado grau de insegurança, do qual resultará, certamente, um acentuado desgaste físico e moral. Mantendo a iniciativa e operando à base da mobilidade, os guerrilheiros retêm a imprescindível liberdade de ação que lhes permitirá agir em pontos diversos. Com isso, as forças da repressão terão que se subdividir em pequenas frações, destinadas a garantir senão a totalidade, pelo menos um grande número de pontos sensíveis.

(Estado-Maior do Exército 1968, 78)

Sabotagem, terrorismo, incursão e emboscada seriam as ações preferenciais da guerrilha. Incurção e emboscada caracterizadas pela rapidez, surpresa e astúcia. Esses mesmos elementos, com a variação das condicionantes do espaço urbano, estariam presentes na guerrilha urbana. Operações de vietcongues em Saigon, adeptos do Black Power em Detroit, partidários da via violenta em Santiago de Chile, todas elas com muita semelhança de procedimento, levariam a crer numa existência de uma doutrina. No Brasil, a guerrilha urbana vinha sendo feita em “distúrbios estudantis de inspiração comunista” (Estado-Maior do Exército 1968, 87). A finalidade desse tipo de guerrilha seria, segundo o manual, obter o apoio da população e isolar o governo, por fim dominar uma área urbana, dando-lhe o estatuto de ‘território livre’ – uma região quase autônoma, dotada de um governo revolucionário próprio, independente das autoridades constituídas. Em seu início, a guerrilha urbana promoveria atos de perturbação da ordem, motins, arruaças, passando para ações violentas consolidadas e depois para o estabelecimento de um comando regional – e, finalmente, para a imposição do território livre. Os princípios gerais da guerrilha urbana seriam: concentração e dispersão rápida; surpreender constantemente as forças legais; só atuar em condições favoráveis; evolução permanente dos modos de ação (Estado-Maior do Exército 1968, 92).

O Chefe militar, normalmente bem preparado para as operações de tipo convencional, precisa ter bem presente que, segundo a conceituação atual, a guerrilha exige um procedimento de luta que, combinado com a habilidade e a rapidez, a surpresa e a violência, permita, com pequenos efetivos, a obtenção de danos consideráveis sobre o potencial e o moral do adversário. Necessita, ainda, o Chefe, estar ciente de que toda a ação da guerrilha comunista é comandada e coordenada por uma organização política subterrânea que, concomitantemente com as ações dos guerrilheiros, age sobre a população, buscando seu domínio até mesmo pelo terror.

(Estado-Maior do Exército 1968, 151).

A vitória seria impedir que surjam repúblicas socialistas no ocidente. Mas o ideal seria inclusive “impedir que tentem fazê-lo” (Estado-Maior do Exército 1968, 130). Com esse intuito, montava-se então uma máquina militar atualista. Atualista porque regida pelo princípio da produção incessante de informações, atualizando-se sempre sobre as intenções e ações do inimigo. Mas também no nível operacional, organizado em pequenas unidades de combate, ágeis e sempre prontas para entrar em ação, de modo a surpreender o inimigo, tido como latente, fluido, sempre em estado potencial. Nesse sentido, a velocidade e o caráter permanente das operações visavam à tomada da iniciativa, prevenindo e mesmo se antecipando aos movimentos dos revolucionários. Isso tudo, dentro de uma perspectiva de criação de um cenário desorientador, capaz mesmo de forçar o inimigo a agir, a se movimentar, a se revelar. Ou seja, submeter o inimigo ao ritmo definido pelas ações do exército contrarrevolucionário. O campo de batalha, ainda, não se limitava às arenas onde os combates se travariam, porque o alvo da guerra revolucionária era a própria população civil, que devia ser submetida a ações permanentes de caráter psicológico. Como diz a formulação lapidar do livro clandestino, produzido na década de 1970 na Casa de Detenção de São Paulo por presos políticos:

Peça por peça, organismo por organismo, alcaguete por alcaguete, torturador por torturador, meticulosamente, os militares golpistas puseram em funcionamento uma máquina altamente centralizada de ‘produção e operação de informações’, conhecida pelo nome de *Sistema Nacional de Informações*. Este ‘sistema’ tem as câmaras de tortura de seus organismos repressivos – responsáveis pela dor e luto de inúmeras famílias – como base, na realidade a base efetiva em que se apoia o regime militar brasileiro. (Filho 2016, 106-107).

No centro da máquina repressiva, a tortura. O que abre a perspectiva de que o atualismo no sistema DOI-CODI ia além de aspectos estratégicos e táticos da guerra revolucionária, mas estruturava o seu cotidiano. Mariana Joffily chama o DOI-CODI de centro da engrenagem da Ditadura Militar, e os aparelhos de interrogatório seriam como que o centro do centro (Joffily 2013). Há, no livro de Mariana Joffily, um item específico sobre a questão do tempo na dinâmica dos interrogatórios no DOI de São Paulo. Mas já na epígrafe de um dos capítulos do livro, a autora cita um documento, de 1970, sobre as informações na Operação Bandeirante – antecessora do DOI-CODI em São Paulo – em que o tema do tempo é explicitado: o documento se refere à necessidade da instantaneidade das ações no “combate à subversão” (Joffily 2013, 38). Os informes e informações, eram, destaca ainda a autora, produzidos pelo Sistema DOI-CODI, numa atividade contínua e pontual; produzidos e não apenas coletados, ou registrados. Na dinâmica dessa produção de informes, a tortura era parte fundamental.

Em justificativas usuais de alguns militares para o uso da tortura como método repressivo, um tema repetido é a necessidade da rapidez nas informações, porque essa rapidez poderia levar ao desmantelamento de uma rede de “subversivos”, os quais, por sua vez, estavam preparados para se evadir e esconder rapidamente, em qualquer sinal de alerta (Joffily 2013, 227). Porém, comenta a autora, dentro desse paradigma não havia apenas uma espécie de pressa na produção de informações, mas sim um verdadeiro controle sobre o tempo: as sessões de interrogatórios poderiam durar por semanas ou meses. O preso ficava submetido a ameaças permanentes, em suas muitas idas e vindas entre a sessão de tortura e o registro oficial do interrogatório, tinha assim seu corpo permanentemente à disposição do sistema; 24 horas por dia. A autora cita o depoimento de Roberto Salinas, que fala num estado catatônico durante essas sessões, “onde tudo se passa velozmente, embora dure uma eternidade e embora se propague pela eternidade afora” (Joffily 2013, 229). Na tortura, a percepção do tempo se tornava confusa, tudo confluindo para a constante quebra de referências e a processos de despersonalização. Além disso, na própria captura do preso, a surpresa era essencial, tanto como fato de eficiência nesse ato, quanto pelo choque inicial gerado na pessoa presa, que a deixava atônita e desorientada. Os interrogadores, em suas diferentes funções – havia grupos especializados na captura, outros na prática da tortura e outros na análise dos informes produzidos – também se viam num cotidiano de permanente atualização: os grupos eram divididos em turmas que se alternavam, garantindo assim que o DOI-CODI funcionasse 24 horas por dia.

SOBREVIVÊNCIAS DA MÁQUINA ATUALISTA NO PÓS-GUERRA FRIA

As práticas da guerra não-convencional, irregular, vão sobreviver ao fim da Guerra Fria. Ainda que sob novas nomenclaturas, como as de guerra assimétrica ou de conflitos de baixa intensidade. O conceito de conflitos de baixa intensidade, produzido durante o governo de Ronald Reagan, sinalizaria menos uma mudança de concepção do que uma maior ênfase nas ações paramilitares – portanto, na verdade a uma maior proliferação dessas práticas (Mcclintock 1992, 334). Diferentes leituras contemporâneas apontam para essas questões em escala transnacional, pós-guerra fria, como as de Susan Buck-Morss, Achille Mbembe e Brian Massumi.

Susan Buck-Morss tem, como tema central de sua leitura sobre o século XX, em suas tensões entre comunismo e capitalismo, a tese de que as utopias do leste e do ocidente tinham em comum um anseio pela modernidade, entendida como império da tecnologia, do paraíso do consumo, da abundância e da dominação da natureza (Buck-Morss 2000). Mas o que nos interessa aqui são as questões geopolíticas levantadas pela autora. Há, no livro, uma discussão bem interessante sobre o potencial desterritorializante da revolução russa, numa dimensão alucinatória no imaginário sobre o bolchevismo: porque a revolução russa pôs em xeque a dimensão espacial da soberania e a separação entre política e economia. O comunista seria o inimigo absoluto, tomando no imaginário ocidental o sentido do fogo que se alastra, do vírus, da inundação, do que está fora de controle. Já a intervenção militar de 1918-1919 tinha um sentido de “contenção” desse fluxo. O propósito geopolítico era manter o socialismo circunscrito, dentro de fronteiras. Territorialização do socialismo que se tornou uma premissa central no pós-guerra. Nos Estados Unidos isso derivou em várias noções do inimigo interno. Como quando, por exemplo, os afro-americanos que retornaram da guerra e toda a questão da segregação racial e os conflitos violentos foram atribuídos à propaganda bolchevique que teria originado uma “subversão negra”. Toda essa lógica do inimigo não ficou apenas no nível político, entrou na imaginação popular pela via da cultura de massas. Como no caso da ficção científica.

Buck-Morss diz que a ideia do mundo dividido espacialmente é europeia (Buck-Morss 2000, 36). Um imaginário político planetário, sobre o planeta dividido em territórios. Com as zonas não-europeias declaradas como espaços abertos, terrenos livres para serem incorporados. Os Estados Unidos fizeram de si mesmos o eixo dessa noção, do território cercado por espaços abertos, livres, para serem “anexados”. A Guerra Fria teria correspondido a um imaginário planetário: um espaço global descentrado, atravessado por inúmeras fronteiras de “contenção”. Mas o quadro desenhado pela autora precisa ser complementado com uma consideração que vá além dessa estratégia da contenção territorial do inimigo: essa estratégia dizia respeito mais ao confronto entre as grandes potências, que evitavam um confronto direto porque este conduziria a uma hecatombe nuclear. Galula mesmo dizia que suas orientações eram dirigidas às guerras revolucionárias “nas áreas que os comunistas chamam de coloniais ou semi-coloniais e que preferimos chamar de subdesenvolvidas” (Galula 1966, 17). Nesses espaços, prevalecia a lógica da guerra não convencional, em que não se disputava um território e sim o controle sobre a população, uma guerra descentralizada, marcada pela velocidade, pela flexibilidade, pela ação predatória de pequenas unidades, como as unidades de operação do sistema DOI-CODI.

O fim da Guerra Fria teria levado ao fim a grande estratégia da contenção, da geopolítica em sua escala mundial, mas, por outro lado, os métodos das agora denominadas guerras assimétricas ganharam o globo. Já aludimos, por exemplo, ao fato de que Galula foi “redescoberto” quando das operações militares dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão. É, entre outras coisas, frente a isso que alguns trabalhos mais recentes procuram conceituar novas lógicas de poder. Refiro-me à necropolítica de Mbembe e o ontopoder de Brian Massumi, ambos inspirados no conceito de biopoder de Foucault, partindo de uma leitura de seus limites para a compreensão do mundo atual.

Em Mbembe, desenha-se um tipo de poder que não administra a vida das populações, como o biopoder segundo Foucault, mas sim que incide violentamente sobre os corpos, gerenciando a morte, atuando sobretudo naqueles espaços, supostamente sem lei, coloniais ou semicoloniais (Mbembe 2018). O necropoder seria, ainda, um poder mortal que opera segundo as lógicas da espetacularização e da exibição da violência, fugindo aos mecanismos mais sutis e invisíveis do biopoder. O necropoder é ainda uma forma de administrar os espaços, por meio de uma rede complexa de construção de fronteiras internas e células isoladas em meio a determinados territórios, em que populações inteiras são submetidas a um estado de exceção permanente. Daí, uma ocupação fragmentada dos espaços, num urbanismo estilhaçado (Mbembe 2018, 47) e uma combinação entre o terror que vem de um espaço aéreo nômade e táticas medievais de sítio, levando a uma militarização da vida cotidiana (Mbembe 2018, 50). O necropoder, segundo Mbembe, opera por proliferação, fragmentação. Não correspondendo mais à guerra clássica de conquista e anexação. O necropoder procura a submissão, e mesmo a convivência entre a repressão do Estado e corpos militarizados paralelos, máquinas de guerra como milícias, forças paramilitares e segurança privada. Ou seja, organizações difusas e polimorfas, em relações móveis com o espaço e em interações complexas com o Estado e suas hierarquias tradicionais (Mbembe 2018, 58). De tudo que já foi dito nesse artigo, percebe-se claramente como o sistema DOI-CODI tinha suas semelhanças com as práticas e métodos da necropolítica.

Quanto ao ontopoder, Temístocles Cezar, no seu prefácio ao livro *Atualismo 1.0*, destaca: o atualismo, entre outras coisas, como “crença quase mágica na reprodução da realidade” (Araújo e Pereira 2018, 12). Ou seja, um movimento incessante em que o real se confunde com aquilo que está sendo atualizado. Essa ideia é bem adequada ao conceito de ontopoder de Brian Massumi (Massumi 2015). O ontopoder, operando nos limites entre o político e o militar, tem como objetivo e alvo o tempo e a intensidade da percepção, antecipando-se mesmo à tomada de consciência sobre determinada situação. Ou seja: é ontopoder porque ele produz “ser”, por meio de toda uma tecnologia de armas simultaneamente destrutivas e capazes de atingir os aparelhos sensoriais de uma população; bombas “inteligentes”, drones (Chamayou 2015) etc.; fazendo-se presente nas guerras contemporâneas e nas políticas domésticas de segurança pública. Seu fundamento é a ideia da ameaça permanente (terrorista, natural, climática), confluindo então para um poder que precisa sempre se antecipar aos atos e mesmo intenções do inimigo. Quase que forçando o inimigo oculto a emergir, a se expor, por meio da criação de cenários violentos. Assim, o ontopoder age efetivando e tornando visível a ameaça que pretende combater, criando um estado de alerta permanente. O tempo do ontopoder seria, segundo o autor, o tempo da preempção, da antecipação (mais do que da mera

prevenção). A preempção levaria à criação de cenários técnicos de vigilância contínua, infinitesimal, mas também dotada do poder de reagir imediatamente a qualquer ameaça, suposta ou real – ao passo que a mera prevenção trabalha com prognósticos racionais.

O próprio Brian Massumi localiza a emergência do ontopoder na Guerra Fria, ainda que seus dispositivos estivessem então “contidos” numa lógica territorial da contenção. Nessas tecnologias militares e de segurança do ontopoder, o autor percebe uma lógica, um método. Por exemplo, nas teorias militares sobre forças de amplo espectro, que criam “zonas cinzentas” entre o militar e o não militar. Também com a dispersão de aparatos dispositivos pervasivos, misturados às populações, imersos nas redes de comunicação, num estado difuso e permanente entre defesa e ataque. Em muitos momentos do livro, porém, embora o autor enfatize a novidade do ontopoder no período pós-guerra fria, situando-o no período da chamada Guerra ao Terror, ele parece simplesmente descrever um sistema muito semelhante ao do DOI-CODI. Uma máquina militar que procura intensidade e rapidez, que age de modo permanente e descentralizado, tendo a população como alvo, em torno de uma ameaça sempre potencial e latente, numa dispersão de unidades de ação prontas, constantemente, para tomar a iniciativa (Massumi 2015, 124). Corpos quase autônomos, submetidos em parte à hierarquia militar tradicional, mas situados nos próprios limites em que se dá o confronto imediato com as forças inimigas e sempre prontos para entrar em ação. Ainda, a ideia de atingir o inimigo antes que ele tome a iniciativa, antes mesmo que ele simplesmente decida tomar a iniciativa. Num piscar de olhos.

Em trabalho que mostra a proliferação de técnicas da contra-insurgência para o controle urbano em escala planetária, Stephen Graham (Graham 2016) comenta que, nos anos 1990, houve um certa crença de que a inovação tecnológica das armas de guerra, levaria automaticamente a uma estratégia global vitoriosa, por parte das forças militares estadunidenses; mas que diante da necessidade de ocupação dos territórios derrotados, como o Iraque e o Afeganistão, deu-se uma espécie de atualização, de redescoberta, das estratégias da doutrina francesa da guerra revolucionária. A tese do autor é a de que contra-insurgência era periférica, marginal, durante a Guerra Fria e teria se generalizado entre o fim do século XX e o começo do XXI (aqui, obviamente, podemos notar que é uma questão de perspectiva, o que é periférico para o autor, é central nas áreas que Galula chamava de coloniais e semicoloniais).

Essas sobrevivências de estratégias, táticas e métodos que confluíram na criação do sistema DOI-CODI também podem ser notadas no Brasil pós-Ditadura Militar – embora aqui tenhamos mais indícios do que conclusões, dada a evidente indisponibilidade da documentação que poderia nos levar a uma análise mais detalhada. De todo modo, há aqui tem uma história a ser feita, se é que é possível: entender melhor essa dinâmica da chamada transição democrática, no sentido de se saber exatamente o que acabou quando o DOI-CODI foi desativado, o que permaneceu, não institucionalmente apenas, mas em termos desses dispositivos militares, talvez também apropriados pela polícia, sobretudo as polícias ditas de operações especiais como o BOPE, por exemplo. Podemos dizer, a título de hipótese, que o que sobreviveu ao fim do sistema DOI-CODI foram as estratégias, táticas e métodos que aqui associamos ao atualismo. Seria interessante saber, por exemplo, como os manuais de guerra irregular, revolucionária ou de contra-insurgência produzidos durante a Guerra Fria estão sendo atualizados para usos mais recentes. Sabe-se que em exercícios militares recentes, inclusive o vocabulário que associava as esquerdas à subversão foi atualizado (Martins 2021).

Os indícios aludidos sobre a sobrevivência dessas tecnologias, por sinal, vêm também da recorrência de conceitos e temas daqueles manuais em falas recentes. Assim, quando da Intervenção Federal no Rio de Janeiro, em 2018, o interventor General Braga Netto afirmou, em entrevista, que “não existem territórios liberados no Rio de Janeiro” (Silva 2018). Nisso, o repórter que o entrevistava pareceu não ter entendido o conceito de “território liberado” e disse “não existem territórios ocupados?”, ao que o General repetiu: “não, territórios liberados, territórios em que a polícia não entra”. Já o então Ministro da Justiça, Torquato Jardim, recorreu, também em entrevista, a conceitos extraídos do léxico da guerra não convencional, por ele então nomeada como assimétrica:

A guerra moderna não é a que lutamos em 1945, que você tinha terreno inimigo, inimigo com uniforme, estruturado, com batalhão, pelotão, companhia etc. Você não sabe quem é o inimigo, a luta se dá em qualquer ponto do território nacional. Você não sabe que arma virá, não sabe quantos virão. O seu inimigo não tem linha de comando longamente estabelecida, tem duas ou três linhas e acabou. Você não tem um centro nevrálgico para atacar, combater e desmontar o batalhão. O Exército não tem sede, está esparramado em qualquer lugar, qualquer ponto do território nacional. E o pior, no caso do narcotráfico e crime organizado, nas fronteiras em outros países. Esses dois bandidos que foram mortos no Ceará, de quinta para sexta, estavam operando no Paraguai. Foram ao Ceará em férias e foram pegos. Na guerra assimétrica, você não tem território, qualquer um pode ser inimigo, não tem uniforme, não sabe qual é a arma. Você está preparado contra tudo e contra todos, todo o tempo. Você não sabe nem quais são os recursos necessários, não sabe quantos são necessários e usando qual arma.

(Dubeux 2018)

Em tema correlato, sobre a atualização do léxico militar da Guerra Fria no século XXI, o comandante do Exército, General Villas Boas, trouxe em suas falas outros comentários que foram associados, em reportagem, a “fantasmas da Ditadura Militar” – particularmente com a reivindicação de que, futuramente, não houvesse uma Comissão da Verdade sobre a Intervenção Federal no Rio de Janeiro (Benites 2018).

Mas não temos aqui apenas comparações ou discursos sobre um passado que passou. O conceito de território liberado e, mais explicitamente, o de guerra assimétrica, revela a mesma lógica operacional que aqui associamos a uma estratégia militar atualista. O uso do conceito de território liberado repetidas vezes mostra que a operação toda já tinha uma lógica e as Forças Armadas já escolheram a estratégia adotada (e uma conceituação sobre as favelas do Rio de Janeiro como focos de uma espécie de guerrilha urbana). Segundo o manual já citado de Galula, uma das fontes principais dessa estratégia, o “território liberado” seria a quarta etapa da Guerra Revolucionária, quando os rebeldes já controlavam uma área, formando uma espécie de governo paralelo. É importante ainda observar que, seguindo essa lógica operacional, torturas e execuções sumárias não são acidentes de percurso. Fazem parte da lógica e são consideradas do ponto de vista da estratégia. A tortura como meio de conseguir informações rapidamente, mas, também e talvez até mais, como meio de implantar o terror. Isso porque a lógica desse tipo de operação é a de que o guerrilheiro ou rebelde se mistura à população local. O exército revolucionário se reproduz inclusive porque sempre haveria pessoas da população aderindo à guerrilha. Nesse sentido, a primeira questão nesse tipo de operação é isolar os guerrilheiros da população - e o terror serve exatamente para isso. O tempo é aí fator essencial, porque se trata de tomar a iniciativa frente a um inimigo que age de maneira flexível, pontual e potencialmente imprevisível.

O conceito de território liberado é extenso e tem uma longa história, mas sua inspiração mais imediata para o militarismo da Guerra Fria foram os escritos de Mao Tsé-Tung: a ideia no caso do Mao é que a guerra de guerrilhas tem uma estratégia própria, que envolve em primeiro lugar a formação de um exército popular de libertação. Quando esse exército tem força suficiente, vem a necessidade de estabelecer territórios autônomos. Nessa zona/território liberado, cria-se uma espécie de Estado paralelo, com leis próprias, mas também serviços públicos próprios. Então há o território do Estado-Nação ou Império e dentro dele um território controlado pela guerrilha de libertação, que funciona como uma base para a intensificação/manutenção da guerra de libertação nacional. Com base nesses escritos, mas também na experiência das guerras anticoloniais do século XX, sobretudo a guerra da Argélia, militares franceses e dos Estados Unidos construíram uma estratégia em que esse conceito de zona/território liberado entra num esquema bem definido, estruturado em etapas, fases distintas dentro de uma lógica operacional. O que o General Braga Netto estava dizendo então, implicava a ideia de que o Rio de Janeiro ainda não teria entrado num momento similar ao da quarta etapa da Guerra Revolucionária. As favelas são então encaradas como palcos potenciais de uma espécie de separatismo territorial, segundo uma lógica de guerra não convencional, em que o exército inimigo não tem uniforme e se mistura à população, sendo potencialmente qualquer um.

Isso tudo, claro, apenas como indicações. Porque um estudo mais aprofundado exigiria algo semelhante a uma Comissão da Verdade. De todo modo, não se deve concluir que essa lógica tenha se limitado ao momento da Intervenção Federal, essas falas podem apenas expressar um fundo comum de ideias e temas. Nesse caso, por exemplo, as recentes operações com altas taxas de letalidade não seriam fruto de falhas no treinamento policial, seriam, ao contrário, resultado de um tipo de treinamento e de concepção militarizada da situação do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto das várias concepções em torno da guerra não-convencional e do que foi o sistema DOI-CODI no Brasil da Ditadura Militar, pode-se entender que o Ato Institucional 5 foi o instrumento jurídico-político que permitiu a quebra violenta dos elos que colocaram 1968 em movimento: as relações entre organizações de resistência à Ditadura e movimentos sociais e de massas – o que incluía uma certa cobertura por parte da imprensa, dos agentes ligados à cultura e representantes do Congresso Nacional. Com o Congresso fechado, a intensificação da censura e a imposição de que toda resistência política se desse na clandestinidade, o Ato foi complementado, no campo militar, pela criação da OBAN e depois dos DOI-CODI. As organizações, de luta armada ou não, foram encurraladas na clandestinidade, o Governo tomou a iniciativa das ações, ao mesmo impedindo que as organizações tivessem qualquer existência política relevante, isolando-as da população em geral, até a etapa prevista por Galula para a contra-rebelião: a eliminação dos insubmissos (com o desaparecimento de seus corpos, para que eles não se tornassem “mártires” e seus túmulos se tornassem locais de algum tipo de culto aos heróis).

A estratégia, do ponto de vista da Ditadura Militar, foi bem-sucedida. Não que as organizações de esquerda tenham reagido de maneira automática à imposição dessa lógica atualista, a resposta delas à situação exigiria uma outra pesquisa. Quase todas elas, porém, já consideravam a clandestinidade como algo necessário às suas ações, mesmo antes do AI-5. Como observa um dos pensadores mais lúcidos sobre essa dinâmica, Herbert Daniel, então dirigente da VPR, as diversas organizações de resistência à Ditadura tiveram que, basicamente, adotar medidas que visassem apenas à sua sobrevivência na clandestinidade, sob cerco (cerco estendido a todo o território nacional, uma vez que nesse tipo de guerra não haveria uma zona específica de operações). As organizações, com suas diferentes concepções estratégicas e táticas, viam-se em preparação para uma luta que viria, num momento concebido como “anterior ao político e mesmo ao militar”. A dinâmica da sobrevivência se tornou o “modo de existir destas organizações” e elas foram capturadas antes mesmo que a guerra começasse, ou antes que percebessem que a guerra já tinha, da perspectiva do Governo, começado:

Divergências enormes sobre a preparação: uns diziam que a ‘preparação’ era a formação de uma coluna guerrilheira no campo; outros que era a formação de destacamentos – armados ou não – junto às massas... Não importa que solução se propusesse. Havia um acordo tácito: estávamos na *preparação*. Um momento pré-político! Vivíamos um intervalo. Uma suspensão? Não seria melhor dizer claramente que neste intervalo está o verdadeiro início do exílio? Que aí, neste ‘isolamento’ político, nesta incapacidade de abrir **um diálogo atual**, a esquerda armada viveria seu primeiro exílio? Porque, à guisa de diálogo, a única coisa que a esquerda fez foi um combate singular, e derrotado *a priori*, com a ditadura. Neste combate exclusivo, havia apenas o monólogo do Poder. A derrota não foi consequência disto: a derrota é este monólogo.
(Daniel 1982, 22)

Nessa dinâmica da sobrevivência, aqui entendida como fruto da imposição de uma lógica atualista sobre os que se contrapuseram clandestinamente à Ditadura Militar, tratava-se, antes de tudo, de ganhar tempo. Procurando, ainda, surpreender o aparato militar com ações imprevistas. Mas também resistir à dor por algumas horas, um dia talvez, caso se fosse capturado e torturado, para dar tempo aos companheiros de notarem que algo tinha acontecido e assim escaparem ao cerco que se fechava sobre eles. Mas para nos aprofundarmos nesta questão teríamos que abrir um novo capítulo e uma nova pesquisa, a das respostas ao atualismo e mesmo a questão sobre o que seria, se tal se deu, um atualismo das organizações de esquerda, que também teorizavam sua condição a partir das concepções da Guerra Revolucionária. De todo modo, é importante destacar aqui que o atualismo do sistema DOI-CODI foi bem-sucedido – lógico que dentro de suas premissas – mas isso não significa que estejamos diante de uma estratégia de controle do tempo invulnerável, como se esse atualismo específico fosse sempre capaz de impor seu monólogo sobre as populações visadas como seus alvos.

REFERÊNCIAS

Fontes citadas

- CENTRO DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA. Como eles agem 2. Arquivo Nacional, Fundo CISA, br_dfanbsb_vaz_0_0_00134_d0001de0001, 10 de janeiro de 1972.
- CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO. Informe n. 573/70. José André Yglesias. Arquivo Nacional, Fundo SNI, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70017228_d0002de0002, 05 de agosto de 1970.
- ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Informação. Arquivo Nacional, Fundo Estado-Maior das Forças Armadas, br_dfanbsb_2m_0_0_0006_v_03_d0001de0001, 27 de novembro de 1970.
- ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. Relatório sintético. Arquivo Nacional, Fundo Estado-Maior das Forças Armadas, br_dfanbsb_2m_0_0_0006_v_01_d0001de0001, 1967.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Manual de Campanha. Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro, 1968.
- SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação n. 008/115/77. Atualização das atividades de elementos atingidos pelo AI 1 e AI 2. Arquivo Nacional, Fundo SNI, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_77113686_d0001de0002, 30 de março de 1977.
- SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Informação. Arquivo Nacional, Fundo SNI, br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84042678_d0001de0002, 1983.

Bibliografia

- ARAÚJO, Valdei e PEREIRA, Mateus. *Atualismo 1.0: Como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Mariana: Editora SBTHH, 2018.
- ARAÚJO, Valdei e PEREIRA, Mateus.. Atualismo: pandemia e historicidades no interminável 2020. In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, vol. 47, n. 1, pp. 1-16, jan- abr- 2021.
- BENITES, Afonso Benites. Intervenção federal no Rio desperta fantasmas sobre o papel do Exército. *El País*. 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/20/politica/1519155351_378130.html. Acesso em 25 de julho de 2022.
- BUCK-MORSS, Susan. *Dreamworld and catastrophe: The passing of mass utopia in east and west*. Cambridge: MIT Press, 2000.
- CHAMAYOU, Gregoire. *Teoria do drone*. São Paulo: Cosac y Naif, 2015.
- COMISSÃO ANÍSIO TEIXEIRA DE MEMÓRIA E VERDADE. *Relatório final*. Brasília, Universidade de Brasília, 2015, disponível em: <https://www.comissaoverdade.unb.br/relatorio> acesso em 27 de junho de 2022.
- DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho: um possível romance autocrítico*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra: Da Argélia ao Brasil. Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- DUBEUX, Ana. Não há guerra que não seja letal, diz Torquato Jardim ao Correio. *Correio Braziliense*. 20 de fevereiro de 2018. Disponível em: http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/02/20/interna_politica,660876/correio-entrevista-o-ministro-da-justica-torquato-jardim.shtml. Acesso em 25 de julho de 2022.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar. Espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- FILHO, Aton Fon et al. *A repressão militar-policial no Brasil: o livro chamado João*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- GALULA, Davi. *Teoria e prática da contra-rebelião*. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1966.
- GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: O novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GRANDIN, Greg Grandin. *The last colonial massacre: Latin America in the cold war*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo. 1969-1975*. São Paulo: EdUSP, 2013.
- MARTINS, Rafael Moro. Documento de treinamento anti-esquerda do Exército tem MLT, Partido Operário e Mídia Samurai como inimigos. *The Intercept*, 07n de dezembro de 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/12/07/exercito-treinamento-anti-esquerda-documento/> . Acesso em 31/08/2022.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 23, n. 67, pp. 39-50, junho de 2008.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire (1959-1974). In: SANTOS, Cecília; TELES, Edson e TELES, Janaína de Almeida. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, pp.179-203, 2009.
- MASSUMI, Brian. *Ontopower: War, powers and the State of Perception*. Durham/London: Duke Univeristy Press, 2015.

- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MCCLINTOCK, Michael. *Instruments of statecraft*: U.S Guerrilla Warfare, Counter-Insurgency, and Counter-terrorism, 1940-1990. New York: Pantheon Books, 1992.
- MICHON, Pascal. Sobre as novas maneiras do fluir da linguagem na era do capitalismo flex-reticular: para uma poética da sociedade. In: SEIXAS, Jacy, CERASOLI, Josianne, NAXARA, Márcia (orgs.). *Tramas do político*: Linguagens, formas, jogos. Uberlândia: Ed.UFU, pp. 301-316, 2012.
- PERDIGÃO, Freddie. O Destacamento de Operações de Informações (DOI) no EB: histórico e papel no combate à subversão, situação atual e perspectivas. (Monografia), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1978. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/monografia.pdf> . Acesso em 16/06/2022.
- PLATT, Washignton. *A produção de informações estratégicas*. Tradução de Major Álvaro Galvão Pereira e Capitão Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
- SILVA, Tomás. Entramos em qualquer lugar do Rio de Janeiro, garante o interventor Braga Netto. *Último Segundo*, 07 de março de 2018. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2018-03-07/braga-netto-intervencao-rio-de-janeiro.html> . Acesso em 25 de julho de 2022.
- TAPIA, Cristian Gutiérrez. *La contrasubversión como política*: La doctrina de guerra revolucionária francesa y su impacto em las FFAA de Chile e Argentina. Santiago: LOM, 2018.
- WESCHELR, Lawrence. *Um milagre, um universo*: O acerto de contas com os torturadores. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOI-CODI Atualista

o tempo como tecnologia de controle social

Artigo recebido em 01/09/2022 • Aceito em 14/11/2022

DOI | doi.org/10.5216/rth.v25i2.73946

Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado